Processo 010.228/2017-9
Tomada de Contas Especial

Parecer

Trata-se de tomada de contas especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa), em desfavor de Carlos Magno Duque Bacelar, prefeito do município de Coelho Neto/MA na gestão de 2005 a 2008; de Soliney de Sousa e Silva, prefeito do referido ente municipal na gestão de 2009 a 2012 e 2013 a 2016; e da empresa Hidrotec Construções e Comércio Ltda., em razão da não consecução dos objetivos pactuados no Convênio 804/2007 (peça 1, p. 59-70), que teve por objeto a implantação de sistema de abastecimento de água no aludido município.

2. Em face dos elementos constantes dos autos, este representante do Ministério Público de Contas da União manifesta-se parcialmente de acordo com o encaminhamento proposto pela unidade instrutiva, em pareceres concordantes (peças 109 a 111), pois entende que deve ser afastada a responsabilidade solidária do município de Coelho Neto/MA sobre o débito indicado na alínea “c.2” da proposta de encaminhamento constante do parágrafo 70 da instrução à peça 109, conforme passa a expor.

3. O município foi citado solidariamente com o ex-prefeito Soliney de Sousa e Silva em face do entendimento da unidade instrutiva de que, como a parcela da obra executada seria tecnicamente passível de ser retomada e concluída, haveria benefício auferido pelo ente, que poderia dar prosseguimento à conclusão do objeto em proveito da população.

4. Conforme informado pela Funasa em sede de diligência, a vistoria **in loco** realizada em **25/11/2020** (peça 75, p. 5), mais de dez anos após o fim da vigência do convênio, atestou a execução de 80,2% do objeto conveniado, alcançando o valor de R\$ 2.693.346,19. A vistoria anterior a essa ocorreu em **17/3/2009** (peça 5, p. 22), mais de um ano antes do término da vigência do ajuste, que se deu em 12/7/2010, oportunidade na qual os técnicos atestaram a execução de 60,18% da obra.

5. Tendo em vista que não houve fiscalização **in loco** logo após o término da vigência do convênio, entende-se adequado considerar o percentual de 80,2% de execução do objeto pactuado, ainda que tenha sido atestado aproximadamente dez anos após o fim da vigência do ajuste.

6. Em que pese a Funasa tenha atestado 80,2% de execução da obra pactuada, depreende-se, da resposta à diligência à peça 75, que a parcela executada do objeto não entrou em operação, motivo pelo qual a finalidade social do ajuste não foi atingida.

7. Na resposta à peça 75, o órgão concedente afirmou, ainda, que seria possível o aproveitamento da parcela executada da obra, desde que houvesse uma inspeção técnica **in loco** que verificasse *“todas as etapas nas especificidades necessárias em decorrência do lapso temporal de 11 (onze) anos na falta de manutenção nas estruturas das edificações existentes. Quanto aos custos do projeto, os mesmos deverão ser atualizados e definidos após a inspeção técnica”* (peça 75, p. 3).

8. Ainda que a Funasa tenha afirmado que seria possível aproveitar a parcela executada do objeto, entende-se que o débito a ser atribuído exclusivamente ao ex-prefeito gestor dos recursos deve ser pelo valor integral dos recursos transferidos, uma vez que não foi dada qualquer funcionalidade à fração realizada da obra, mesmo passados mais de dez anos após o término da vigência do ajuste, o que acarretou o desperdício de recursos públicos.

9. No entender deste representante do Ministério Público, a conclusão do sistema de abastecimento de água é uma possibilidade remota, haja vista o tempo já transcorrido desde o fim da vigência do convênio sem que houvesse a conclusão da obra pelo ente municipal. Ressalta-se que a finalização de obra desse porte não deve ser tarefa fácil para o município de Coelho Neto/MA, pois requer dispêndio de alta monta de recursos públicos. É bem provável que o município necessite aportar recursos em valor bem maior do que os 20% do valor total do objeto, referente à parcela não executada, em face da depreciação ocorrida nesses últimos doze anos. O próprio órgão concedente afirmou que, para o aproveitamento do que fora executado, seria necessário realizar o levantamento dos custos a serem incorridos, dada a necessidade de manutenção da fração construída.

10. Se houvesse funcionalidade na fração executada da obra, trazendo benefícios à população, ou, se houvesse uma probabilidade alta de o município concluir o objeto com recursos próprios e colocá-lo em operação, o mais adequado e aceito pela jurisprudência do TCU, a exemplo dos Acórdãos 3.459/2019, 1.460/2018 e 10.988/2015, da 2ª Câmara, e 3.336/2011-1ª Câmara, seria reduzir o débito imputado ao gestor municipal no montante correspondente ao valor realizado da obra, e não imputar débito nesse valor ao município, como propõe a unidade instrutiva.

11. No entanto, conforme mencionado nos parágrafos anteriores, entende-se que não é o caso de aplicar a referida jurisprudência neste caso concreto, visto que, passados aproximadamente doze anos do fim da vigência do convênio, não foi dada qualquer funcionalidade à parcela construída do objeto, que ficou sofrendo depreciação nesse período, diante da falta de manutenção dos serviços executado, consoante afirmado pela própria fundação.

12. Ante o exposto, este representante do Ministério Público de Contas da União, concordando parcialmente com o encaminhamento oferecido pela unidade técnica, manifesta-se no sentido de que deve ser afastada a responsabilidade solidária do município de Coelho Neto/MA sobre o débito indicado na alínea “c.2” da proposta de encaminhamento constante do parágrafo 70 da instrução à peça 109, excluindo-o da presente relação processual.

Ministério Público, em 17 de Março de 2022.

RODRIGO MEDEIROS DE LIMA
Procurador